

Discurso do Prof. Freitas de Azevedo
no Conselho da Europa. Dia 28-1-80

Senhor Presidente:

Permita-me agora que diga algumas palavras na minha qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Dotado hoje de instituições democráticas a funcionar normalmente, Portugal entende que a solidariedade europeia deve ser posta ao serviço da correcção de desequilíbrios que, a manterem-se, constituirão sempre um grave obstáculo ao reforço da democracia parlamentar.

A diversidade de culturas, de modos de vida, de hábitos de trabalho e de convívio, que é uma das grandes riquezas da Europa, não deve ser considerada como barreira intransponível ou como argumento justificativo para a manutenção de situações que importa corrigir urgentemente. Portugal tem defendido a necessidade de serem criados no Conselho da Europa mecanismos que visem dotar os países mais necessitados com os meios que lhes permitam emprender um trabalho de recuperação para diminuir o desequilíbrio hoje patente na Europa, entre os países do Centro e do Norte, por um lado, e os países das orlas mediterrânica e atlântica, por outro.

Razões históricas, conhecidas de todos, fizeram com que países que outrora desempenharam papel de relevo no processo



levo no processo da expansão dos ideais europeus e no campo do progresso científico e social tenham visto amortecidos, quando não quebrados, os veios de transmissão e os mecanismos essenciais ao desempenho desse papel. O ritmo de desenvolvimento científico, acelerado para além do previsível, não encontrou resposta na reforma das mentalidades, propensas por natureza ao confronto dos hábitos e avessas a alterações bruscas como as que a Europa conheceu no início da era industrial.

Essa ruptura conduziu à actual situação de desequilíbrio. Ora, qualquer projecto de correcção desse desequilíbrio terá de ter em linha de conta a necessidade de restabelecer um diálogo vivo e fecundo entre, por um lado, os meios humanos - que se manifestam nas mentalidades, nos costumes, na preparação profissional, na convivência cívica e num certo consenso nacional - e, por outro lado, os meios materiais - que decorrem dos equipamentos, dos investimentos e da capacidade de organização do sistema produtivo.

A História recente parece indicar que a injeção maciça de capitais e equipamento, que contribuiu para resolver certos desequilíbrios no pós-guerra, só resultou quando a mentalidade dos países que a receberam estava anteriormente preparada



para a transformar eficazmente em termos de progresso social. Por isso não pensamos que essa possa por si só constituir, para as zonas mais afectadas pelo desequilíbrio, a solução mais recomendável. Segundo o velho provérbio, melhor que dar um peixe a quem dele necessita é fornecer-lhe uma cana e ensinã-lo a pescar.

Todos sabemos que os recursos materiais de que o Conselho da Europa dispõe para ocorrer a estes desequilíbrios são limitados. Todavia, com o apoio do "Fonds de Rétablissement", seria possível, a nosso ver, apoiar uma recuperação. Projectos concretos, financiados com critério e controle pelo Fonds, para a formação de quadros intermédios na Agricultura e na Industria poderiam ser, com vantagem, estudados e postos em prática.

O Conselho poderia também contribuir para a modernização dos mecanismos administrativos naqueles países em que, devido a uma certa obsolescência e rigidez burocráticas, eles constituem mais um factor de travagem do que elemento estimulador do sistema produtivo.

Em Portugal o Conselho tem coordenado a cooperação de peritos de vários países membros em projectos relacionados com a reforma da Administração pública. Esta experiência confirma-me na convicção de que projectos mais vastos deste tipo caberiam, por um lado, dentro das possibilidades técnicas do Conselho e, por



outro, não acarreteriam encargos orçamentais excessivos.

A razão por que todos aqui estamos - melhor dito, por que todos aqui podemos estar - é a existência nos nossos vinte e um países de regimes democráticos parlamentares. A estabilidade desses regimes depende de variados factores e, em relação a muitos destes, há pouco que o Conselho da Europa, como tal, possa fazer. Mas as relações eficazes e duradouras entre o poder político e o público em geral são medidas pela Administração. E, se for possível ao Conselho contribuir para melhorar a capacidade de a Administração servir o público e de ^{OS} cidadãos participarem nos processos de decisão da Administração, nos sectores e nas regiões que os Governos interessados considerarem prioritários, estar-se-á, de uma maneira discreta mas profunda, a contribuir para o fortalecimento da Democracia como maneira política de viver e de estar no mundo.

Senhor Presidente:

Reportando-me agora à situação política portuguesa, sobre a qual desejaria dizer algumas palavras, começo por sublinhar um traço característico: a circunstância de pela primeira vez, desde a instauração da Democracia, Portugal dispôr de um Governo investido claramente por expressa vontade popular - o



Governo da Aliança Democrática, vencedor das últimas eleições.

Desta circunstância, resultam vantagens importantes para o funcionamento da Democracia e a consolidação das suas instituições, uma vez que, agora, a situação política se tornou clara e o Governo dispõe da maioria absoluta necessária para governar com estabilidade e dinamismo. Isto é, e essa é sem dúvida a importância maior das eleições do passado dia 2 de Dezembro, podemos dizer que, com o Governo da Aliança Democrática, acabaram os tempos da ambiguidade e da insuficiente clareza política das instituições, que caracterizaram a primeira fase constitucional do nosso regime democrático, pela inexistência de maiorias estáveis, conduzindo à formação de Governos minoritários ou de independentes, a uma intervenção presidencial sempre imprecisa e a uma inconstante e negativa flutuação parlamentar permanente.

Com as eleições intercalares e a vitória que estas conferiram à Aliança Democrática, criaram-se condições para que esse clima de incerteza e de instabilidade termine, pondo termo também aos reflexos perturbadores que dali resultavam para a opinião pública e para o próprio prestígio das instituições democráticas.

O Governo a que pertença é, assim, um Governo de estabilização democrática.

Mas é também, por outro lado, um Governo de mudança.



Mudança que foi o motivo fundamental da campanha da Aliança Democrática e que, por isso, foi a razão da sua vitória e será o lema do seu Governo.

Desde logo, mudança do clima de ambiguidade política permanente para a estabilidade e clareza no funcionamento das instituições. Ou, noutra ótica, da era das minorias, das maiorias flutuantes ou dos governos de independentes, para o tempo da maioria democrática estável, directamente saída do voto popular.

Mas também, naturalmente, mudança de rumo político no Governo de Portugal, quer definindo de forma inequívoca todos os aspectos que andavam indefinidos na política portuguesa, interna e externamente, quer abrindo claramente as portas à iniciativa da sociedade e dos cidadãos na economia, na cultura e na vida social em geral, sem procurar asfixiar tudo no Estado e mobilizando, assim, todas as energias livres para o progresso geral e a recuperação económica do País.

No plano interno, as linhas fundamentais da política de mudança do Governo, que congrega partidos comungando de valores humanistas fundamentais, podem, na verdade, resumir-se nesse desejo e nesse objectivo profundo de libertação cultural, social e económica da sociedade portuguesa. O meu Governo tem a convicção profunda de que foi a estatização sistemática e obsessiva, de cariz colectivista, que se abateu sobre Portugal em todos



os domínios, depois do golpe de 11 de Março de 1975, a maior responsável pela crise económica, pela estagnação cultural e pela insatisfação social que caracterizaram o nosso País nos últimos tempos e marcam ainda penosamente o nosso presente. E, por isso, a aposta global, em termos internos, do Governo a que pertença consiste na libertação das energias disponíveis da sociedade e de toda a capacidade criadora e de iniciativa das pessoas, como condições básicas para promover o desenvolvimento do País e o bem-estar dos cidadãos. Iremos por isso concretizar as tarefas de democratização geral da nossa sociedade, até porque é nossa certeza, confirmada pelos factos, que a liberdade e a democracia se devem enraizar a todos os níveis da sociedade e da iniciativa dos indivíduos e dos grupos como condição de progresso, em vez de cercear a iniciativa e a criatividade do Homem e de tudo afogar gradualmente na penosa e cinzenta asfixia do aparelho do Estado.

Por seu turno, no plano internacional, as linhas fundamentais da política de mudança do meu Governo consistem sobretudo em definir com nitidez aquilo que se encontrava indefinido e em afirmar perante a Comunidade das Nações uma posição inequívoca. Portugal não agirá de forma ambígua, parecendo europeu na Europa, terceiro-mundista no Terceiro Mundo, entusiasta da Aliança Atlântica em Washington e adepto do não-alinhamento nas capitais do Leste Europeu.

Portugal praticará uma política externa clara e



sem ambiguidades. Em primeiro lugar, firmando a direcção unitária da política externa e procurando pôr termo às diplomacias paralelas que geram inevitáveis reflexos perturbadores.

E, em segundo lugar, definindo firmemente a política externa em função daqueles vectores que resultam da nossa História, da nossa cultura e da nossa posição geográfica: um País europeu, um País do Ocidente, um País atlântico.

Quer dizer: as prioridades principais da nossa política externa, para além das relações peculiares a desenvolver com os países de expressão portuguesa, consistirão na afirmação clara da nossa natureza europeia, ocidental e atlântica, intensificando particularmente os esforços e as diligências com vista à nossa plena integração na CEE e participando activamente nos trabalhos da Aliança Atlântica, sobretudo numa altura em que o agravamento da crise internacional aconselha um reforço da consciência, da determinação e da coesão de todos os países livres e democráticos do Ocidente.

Estas são, em traços gerais, as linhas fundamentais da situação política em Portugal, da sua evolução recente e do pensamento do Governo português.

O nosso objectivo principal é naturalmente desenvolver o nosso País, vencer a crise económica que tanto nos afecta, promover o bem-estar dos portugueses. Temos a certeza de que,



desse modo, além de cumprirmos o primeiro de todos os deveres de qualquer Governo, estamos também a contribuir decisivamente para a consolidação da democracia e da liberdade em Portugal.

Nessa medida, e até porque nos sentimos vivamente animados de uma profunda solidariedade europeia e ocidental, não será descabido reafirmar aqui, a terminar, que esperamos que essa mesma solidariedade continue a existir e a reforçar-se em relação a Portugal, por parte de todos os países da Europa livre e democrática, a que já pertencíamos geográfica e culturalmente e em que cada vez mais nos queremos integrar política e economicamente.

Portugal conta com a Europa livre. A Europa pode contar com o Portugal democrático.

Fundação Cuidar o Futuro

